

FREIRE, HOOKS E MIELI: o uso da educação como resistência política

FREIRE, HOOKS E MIELI: education as political resistance

ARTIGO

Joenes Veloso de Alcantara Nettoⁱ

Universidade Estadual de Londrina - UEL

E-mail: joeveloso.a@gmail.com

Raquel Kritsch

Universidade Estadual de Londrina - UEL

E-mail: kritsch@uel.br

RESUMO:

O cenário político da última da última década, com ênfase no período presidencial de Bolsonaro (2019-2022), demonizou a abordagem de temas relacionados à gênero, sexo e sexualidade, nas escolas do país, entendendo-os como uma afronta à moral e aos bons costumes da família brasileira. A suposta “ideologia de gênero”, fomentou pânico moral entre pais, mães e responsáveis, e, por meio dela, políticos e civis procuraram maneiras de silenciar docentes, para que pautas democráticas, inclusivas e questionadoras, fossem retiradas das salas de aula. Através de revisões bibliográficas das teorias de Paulo Freire, bell hooks e Mario Mieli, este artigo apresenta debates a respeito de como governos neoliberais e ultraconservadores reagem a pedagogias emancipadoras.

Palavras chave: Ideologia de gênero. Educação. Resistência. Silenciamento.

ABSTRACT:

The political context of the past decade, especially during Bolsonaro's presidency (2019-2022), vilified discussions of gender, sex, and sexuality in Brazilian schools, framing them as an affront to the moral and cultural values of the traditional family. The notion of a so-called “gender ideology” fueled moral panic among parents and guardians, leading politicians and civilians to seek ways to silence educators in order to remove democratic, inclusive, and critical perspectives from classrooms. Through a review of the works of Paulo Freire, bell hooks, and Mario Mieli, this article explores debates on how neoliberal and ultraconservative governments respond to emancipatory pedagogies.

Keywords: Gender Ideology. Education. Resistance; Silencing.

Editor:

Dr. João Batista Lopes da Silva
Universidade do Estado de Mato Grosso
e-mail: revistaedu@unemat.br

1 INTRODUÇÃO

Como um dos principais alvos de disputa política, a educação brasileira tem mobilizado grandes debates – e conflitos - nos últimos anos. Parte dos conflitos mais recentes, vivenciados na esfera educacional nacional, emergiram em conjunto com a nova direita brasileira (Rocha, 2018) durante as rebeliões fantasmas de 2013 (Altman; Carlotto, 2023) e, potencializando-se com o presidencialismo de Jair Bolsonaro (2019-2022). A adoção de visões sectaristas (Freire, 1967) a respeito da esfera educacional brasileira apontou níveis alarmantes nos últimos anos. Observou-se a obsessão política em torno de narrativas míticas – as *fake news*, comumente originadas em ambientes virtuais - a respeito do trabalho docente em salas de aula de todo o país. Vivemos a era do “mito”. O sectarismo, ao contrário do pensamento radical, usa a educação de forma não comunicacional, acrítica, impositiva e reacionária.

E a sectarização tem uma matriz preponderantemente emocional e acrítica. É arrogante, antidialogal e por isso anticomunicativa. É reacionária, seja assumida por direitista, que para nós é um sectário de “nascença”, ou esquerdista. O sectário nada cria porque não ama. Não respeita a opção dos outros. Pretende a todos impor a sua, que não é opção, mas fanatismo. Daí a inclinação do sectário ao ativismo, que é ação sem vigilância da reflexão. Daí o seu gosto pela sloganização, que dificilmente ultrapassa a esfera dos mitos e, por isso mesmo, morrendo nas meias verdades, nutre-se do puramente “relativo a que atribui valor absoluto” (Freire, 1967, p. 50).

Como um *tsunami*, o bolsonarismo invadiu o território brasileiro, inundando-o com suas narrativas pós-verídicas pautadas em *fake news* (Christino, 2023), responsáveis por alimentar o pânico moral (Souza Junior, 2018). Parte significativa destes discursos alienados – e alienantes -, encontrava nas pautas de gênero, sexualidade, políticas progressistas e pedagogias críticas, um inimigo para chamar de seu: uma ameaça à moral e aos bons costumes da sociedade brasileira. Surge a ideologia de gênero, um termo guarda-chuva capaz de aglutinar tudo o que a nova direita brasileira condenava. Na tentativa acalorada de legitimar a “ideologia de gênero”, a elite cis-heteronormativa

[...] coerentemente se arregimentaram — usando todas as armas contra qualquer tentativa de esclarecimento das consciências, vista sempre como séria ameaça a seus privilégios. [...] É bem verdade que, ao fazerem isto, ontem, hoje e amanhã, ali ou em qualquer parte, estas forças distorcem sempre a realidade e insistem em aparecer como defensoras do Homem, de sua dignidade, de sua liberdade, apontando os esforços de verdadeira libertação como “perigosa subversão”, como “massificação”, como “lavagem cerebral” — tudo isso produto de demônios, inimigos do homem e da civilização ocidental cristã (Freire, 1967, p. 36).

Escrito em 1967, por Paulo Freire, o trecho acima é capaz de representar o período presidencial de Bolsonaro (2019-2022) e suas investidas contra a educação nacional. Pautado em ideais religiosos cristãos fundamentalistas, políticas neoliberais e pós-verdades, o ex-presidente da república incentivou discursos que, por diversas vezes, distorceram a realidade pedagógica do Brasil, intuindo criar - e manter - o pânico moral. Vivenciamos discursos a respeito de uma suposta “ideologia de gênero” que estava apta a desestruturar o país. Tais discursos pautavam-se em uma versão pervertida e adulterada do trabalho docente em prol de uma educação realmente emancipatória (Freire, 1967).

O discurso descentralizado (e alienante) a respeito da educação brasileira, fomentado por elites cis-heteronormativas dominantes, mobilizou parte do país na luta pelo silenciamento – e fim – de práticas pedagógicas inclusivas, questionadoras e emancipatórias. Notou-se que uma grande parcela acrítica da população deixou-se levar por discursos falsos presentes em conversas banais, debates políticos e materiais midiáticos, renunciando sua capacidade decisória, abandonando sua criticidade, dando vazio a dissonância cognitiva (Rocha, 2023), que agora habitava os debates sobre o cenário educacional brasileiro.

Uma das grandes, se não a maior, tragédia do homem moderno, está em que é hoje dominado pela força dos mitos e comandado pela publicidade organizada, ideológica ou não, e por isso vem renunciando cada vez, sem o

saber, à sua capacidade de decidir. [...] Mas, infelizmente, o que se sente, dia a dia, com mais força aqui, menos ali, em qualquer dos mundos em que o mundo se divide, é o homem simples esmagado, diminuído e acomodado, convertido em espectador, dirigido pelo poder dos mitos que forças sociais poderosas criam para ele. Mitos que, voltando-se contra ele, o destroem e aniquilam (Freire, 1967, p. 43-44).

Os discursos sectaristas (Freire, 1967) neoliberais e ultraconservadores relacionados às práticas pedagógicas progressistas - assim como falas negativas referentes às abordagens de gênero e sexualidade em salas de aula - oriundos de políticos, civis e de movimentos como o Escola sem partido, espalharam-se por todas as mídias. As pós-verdades presentes em narrativas da nova direita brasileira disseminaram o medo e o descrédito docente entre familiares/ responsáveis e educandos, deixando-os temerários em relação às práticas educacionais brasileiras.

A manipulação conservadora da grande mídia foi bem-sucedida em estimular pais e estudantes a temer modos alternativos de pensamento [...] Essas táticas prejudicaram o movimento por uma educação progressista como prática da liberdade [...] A mensagem da cultura do dominador teria pouco impacto, não fosse o poder que os meios de comunicação de massa têm para exaltá-la de modo tão sedutor [...] Mais do que em qualquer outro lugar, a grande mídia controlada pelo dominador, com sua constante manipulação da representatividade a serviço do status quo, nos violenta no lugar onde encontraríamos esperança. Desespero é a maior ameaça. Quando o desespero prevalece, não conseguimos criar comunidades vitais de resistência (hooksⁱⁱ, 2021, p. 28, 33-34).

O pânico moral - potencializado pelo fanatismo político - decorrente destas narrativas não permitiu que cidadãos brasileiros dessem ouvidos à diálogos que as desmentissem, pelo contrário: ainda que sem comprovação, as *fake news* sobre a educação e o trabalho docente tornaram-se verdades incontestáveis. Assistimos à distorção da realidade factual para que a mesma se encaixasse em narrativas míticas do posicionamento político sectário que, na busca por uma educação desumanizada, pretendeu impor a todos e todas, suas meias verdades, silenciando qualquer diferença (ou diferente) que as pudesse contestar. As tentativas de silenciamento, principalmente de disciplinas diretamente relacionadas ao ensino emancipatório sobre as pautas de gênero e sexualidade, transcenderam as mídias e os gritos nos portões das escolas, elas ganharam endosso político e tornaram-se Projetos de Lei que, diversas vezes, vigoravam em todos os estados do país. Alguns destes Projetos de Lei foram reportados pelo relatório “Tenho medo, esse era o objetivo deles’: Esforços para Proibir a Educação sobre Gênero e Sexualidade no Brasil”, emitido pela Humans Right Watch em 2022. Dentre os Projetos de Lei Federais, Cabrera, autor do relatório organizado pela H.R.W. (Tenho [...], 2022) destaca principalmente (Quadro 1):

Quadro 1 - Projetos de Lei Federais relacionados à “ideologia de gênero” no Brasil¹

¹ Todas as informações sobre os Projetos de Lei Federais encontrados na tabela, encontram-se também no Portal da Câmara dos Deputados. Ver: <https://www.camara.leg.br/>.

Nº/ ANO	EMENTA
4.893/2020	Tipifica como crime a conduta de quem, nas dependências das instituições da rede municipal, estadual e federal de ensino, adote, divulgue, realize, ou organize política de ensino, currículo escolar, disciplina obrigatório, complementar ou facultativa, ou ainda atividades culturais que tenham como conteúdo a ideologia de gênero.
10.859/2018	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para vedar a doutrinação política, moral, religiosa ou ideologia de gênero nas escolas.
258/2019	Dispõe sobre o direito dos alunos de aprender sem ideologia político-partidária; sobre a conduta dos professores na transmissão dos conteúdos e acrescenta inciso XIV e parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, bem como tornar defesa a inserção de questões relativas à ideologia de gênero no âmbito escolar.
5487/2016	Institui a proibição de orientação e distribuição de livros às escolas públicas pelo Ministério da Educação e Cultura que verse sobre orientação de diversidade sexual para crianças e adolescentes.
1239/2019	Proíbe a aplicação de recursos públicos, bem como o uso das estruturas e instituições da Administração Pública Direta ou Indireta, das Fundações, Autarquias e Empresas Públicas e Privadas prestadoras de serviços do Governo Federal, Estadual, Distrital e Municipal e outros, nas ações de difusão, incentivo e valorização da IDEOLOGIA DE GÊNERO.
246/2019	Institui o "Programa Escola sem Partido"
867/2015	Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido".

Fonte: (Tenho [...], 2022).

Agora, com a ação da ideologia de gênero, as escolas - segundo eles - tornaram-se espaços onde docentes eram vistos como agentes responsáveis por doutrinação política e sexualização de crianças e adolescentes. "Eles querem destruir as famílias", eles disseram. "Vão instaurar uma ditadura gay", esse era o medo deles. O lema era "meninas vestem rosa e meninos vestem azul"². Por meio de movimentos com o Escola sem Partido e Projetos de Lei espalhados pelo país, eles tentaram silenciar pedagogias críticas e inclusivas, eles perseguiram os que subvertiam a norma. Nós, os outros (Arroyo, 2023), estávamos sob ameaça, como poderíamos resistir a estes ataques? Para versar sobre a educação brasileira neste cenário, torna-se imprescindível trazer, principalmente, Paulo Freire (enquanto patrono nacional da educação), bell hooks (responsável por trazer visões do feminismo negro para teorias freirianas) e Mario Mieli (pensador *queer* e questionador da educação normativa) para um debate sobre o tema.

Poderíamos debater neste espaço todos os usos políticos que foram (e ainda são) feitos da educação nacional, mas atendo-me ao uso do processo pedagógico como uma possibilidade concreta de conscientizar e emancipar grupos de raça, classe e gênero, subordinados à norma opressora; ao uso de vivências pessoais como práticas pedagógicas para um conhecimento situado; ao uso da educação como formadora de comunidade e propagadora do empoderamento.

Quando relacionamos as teorias de Paulo Freire (Freire, 1967; Freire, 2015) a respeito de pedagogias questionadoras, ativas e emancipatórias, com as vivências das minorias sexuais e de gênero (mulheres e pessoas LGBTQIA+), expõe-se o jogo no qual nos encontramos: elites opressoras, neoliberais e ultraconservadoras, buscam silenciar debates

² Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>.

educativos que questionem o sistema³ educador imposto pela hétero-norma (Mieli, 2023) patriarcal capitalista imperialista supremacista branco (hooks, 2021).

Em “Por um Comunismo Transexual”, Mario Mieli (2023), apresenta-nos o termo “educação”, fazendo referência as vezes em que, durante nosso processo socioeducativo no período da infância e adolescência, temos a pluralidade sexual e de gênero castradas por um sistema heterossexual, machista, binário e opressor. É por meio da educação que mulheres e pessoas LGBTQIA+ são colocados às margens das estruturas de poder, com o objetivo de mantê-los subordinados à estrutura heterossexual dominante.

A sociedade age de forma repressiva sobre as crianças, por meio da educação, para constrangê-las a recalcar as tendências sexuais congênitas que considera “perversas” [...] A educação tem como objetivo a transformação da criança, que tende a ser polimórfica e “perversa”, em um adulto heterossexual, eroticamente mutilado, mas em conformidade com a Norma (Mieli, 2023, p. 32).

Jair Bolsonaro e a extrema direita brasileira valeram-se da educação para fomentar o pânico moral em torno da “ideologia de gênero”. Mario Mieli expõe, tal como Freire, que nosso processo educativo (como um todo) coopera para a continuidade de uma cultura segregativa, preconceituosa, disposta a endossar as estruturas sociais dominantes, atuando na manutenção do poder masculinista branco, marginalizando a vivência de mulheres e pessoas LGBTQIA+. Ambos autores, apesar de pontuar a educação como uma das principais armas da cultura capitalista neoliberal, também exploram as possibilidades de subvertê-la, usando-a para desmantelar o *sistema*.

Os ideais de ensino inclusivo e emancipatório, propostos por Paulo Freire e potencializado por Mario Mieli, rompem com a velha estrutura binária⁴ educadora que coopera para opressão e dominação de minorias sexuais e de gênero. Ao escrever sobre o poder da educação crítica situada (de forma universalista) como forma de resistência à um governo autoritário, bem como o impacto destas pedagogias em vidas dissidentes e subalternizadas socialmente, Paulo Freire (1967, p. 36) aponta que:

A educação das massas se faz, assim, algo de absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação [...] Auto-reflexão que as levará ao aprofundamento consequente de sua tomada de consciência e de que resultará sua inserção na História, não mais como espectadoras, mas como figurantes e autoras.

O uso da educação como estrutura emancipatória, posicionando-a como prática de liberdade (Freire, 1967), parte da ruptura docente com as práticas pedagógicas descentralizadas. A centralização do conhecimento permite que a educação se apresente de forma conscientizadora para, em seguida, agir de forma emancipadora. Para Freire, ao situarmos o conhecimento, entendemos o poder de forma foucaultiana: uma força linear e multifatorial, que necessita de um fator de resistência para existir. Neste sentido, ao pensarmos a educação enquanto aparato de resistência para minorias sexuais e de gênero, é preciso estimulá-las a questionar a realidade opressora que as cerca, objetivando dar-lhes força para enfrentar as violências cotidianas que as tentam silenciar. Para Paulo Freire (1967, p. 11) a educação conscientizadora:

[...] não significa, de nenhum modo, ideologizar ou propor palavras de ordem. Se a conscientização abre caminho à expressão das insatisfações sociais é porque estas são componentes reais de uma situação de opressão; [...] se a conscientização das classes populares significa radicalização política é simplesmente porque as classes populares são radicais, ainda mesmo

³ Usamos este neologismo, originado a partir da junção das palavras cisgênero e sistema, com a ideia de pontuar a existência de um sistema de dominação dos corpos amparado nas ideologias pertencentes a cisgeneridade

⁴ Binariedade, neste caso, remete à compreensão de gênero como algo dual, fazendo referência aos ideais deterministas e biológicos de masculino/ feminino e homem/ mulher, que foram e ainda nos são impostos quando se trata de pautas de gênero e sexualidade.

quando não o saibam.

O estímulo à criticidade, promovido pela educação emancipatória centralizada, é o primeiro passo para o *crack no sistema*⁵. É por meio destas brechas nas estruturas dominantes que se operam mudanças sociais (Dean, 2022), porém, é preciso agir para poder mudar. Além de apontar práticas pedagógicas enquanto capazes conscientizar e empoderar minorias oprimidas, Freire nos instiga a usar de tais pedagogias para instigar a retomada de espaços que, há muito tempo, foram recusados às minorias, centralizando-as enquanto sujeitos protagonistas de suas próprias narrativas de vida. O que a temida “ideologia de gênero” – ou então: estudos sobre sexualidade, diversidade, gênero e política, produzidos nas escolas – poderia fazer é, justamente, emancipar consciências minoritárias da ação alienante proposta pelo pensamento bolsonarista.

Ao descreditar o conhecimento emancipador produzido nas escolas brasileiras, as narrativas míticas reforçam a ideia de que práticas pedagógicas não questionadoras, responsáveis por manter o *status quo* esmagador, constroem uma robusta estrutura para uma educação de qualidade, uma falácia de consciência ingênua (Freire, 1967). A ação docente fez-se extremamente necessária para o enfrentamento destas narrativas míticas (e políticas), pois ao enxergar o potencial acolhedor e emancipador da educação é que se construíam pedagogias resistentes em busca do “não ajustamento” (Freire, 1967) das minorias às ideologias silenciadoras sobrepostas a elas.

Tínhamos de nos convencer desta obviedade: uma sociedade que vinha e vem sofrendo alterações tão profundas e às vezes até bruscas e em que as transformações tendiam a ativar cada vez mais o povo em emersão, necessitava de uma reforma urgente e total no seu processo educativo. Reforma que atingisse a própria organização e o próprio trabalho educacional em outras instituições ultrapassando os limites mesmos das estritamente pedagógicas [...]. Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispuesse a constantes revisões. À análise crítica de seus “achados”. A uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão (Freire, 1967, p. 88, 90).

hooks também salienta a necessidade de uma educação democrática, inclusiva e responsável por repensar as ações pedagógicas constantemente, a fim de que alunos e alunas não sejam doutrinados – como a extrema direita alega ocorrer com frequência - a se tornarem meros repetidores de padrões sociais opressores. Sobre isso, em consonância com Paulo Freire (1967), a autora pontua que:

Precisamos que movimentos políticos de base convoquem os cidadãos a sustentar a democracia e os direitos de todos à educação e a trabalhar em prol do fim da dominação em todas as suas formas — a trabalhar por justiça, mudando nosso sistema educacional para que a escolarização não seja um cenário onde alunos e alunas são doutrinados a apoiar o patriarcado capitalista imperialista supremacista branco ou qualquer ideologia, mas, sim, onde aprendem a abrir a mente, a se engajar em estudos rigorosos e a pensar de forma crítica (hooks, 2021, p. 19).

Fazendo justiça às falas de Foucault (2014) sobre poder e resistência, à docência brasileira pôs-se como oposição frente ao Estado neoliberal ultraconservador que visava minimizá-la a todo custo. Neste sentido deu-se a necessidade do resgate das práticas pedagógicas como estruturas capazes de desestabilizar ações opressoras e (re)criar comunidades múltiplas e democráticas. Portanto, a pedagogia engajada, vista como uma forma corajosa de educar, propôs um novo desenho do que poderia ser a sociedade brasileira, uma vez que pudéssemos emancipar e fortalecer grupos oprimidos.

⁵ A expressão faz referência a uma ruptura no sistema cis-heteronormativo que rege a sociedade brasileira, possibilitando a entrada de novas formas de identificação/ representações sociais.

O potencial “vir a ser” da história (Freire, 2015) tal qual o da humanidade, foi um dos aspectos norteadores que incentivaram bell hooks (2021) a pensar em ações pedagógicas embasadas nas teorias de Paulo Freire, elevando a educação emancipatória a um novo patamar: educação como capaz de desenvolver comunidades de resistência.

hooks pensa a emancipação e o empoderamento pela ótica docente. Como uma mulher preta e periférica, ela foi capaz de sintetizar a importância do conhecimento situado, bem como sua aplicação, nos ambientes educacionais como um incentivo àqueles que, como ela, desejavam emancipar-se das opressões sociais diárias, impostas pelo sistema patriarcal capitalista imperialista supremacista branco (hooks, 2021). Assim como Freire, hooks também enxerga a sala de aula como um microcosmo da cultura do dominador, que concede ao professor/ professora o poder autocrático quanto à relevância ou à insignificância de experiências de um conhecimento ou outro (hooks, 2021). É neste sentido que, hooks disserta sobre a presença de docentes progressistas, pertencentes a grupos minoritários, em salas de aula. A ocupação desses lugares - por essas pessoas - abre espaço para que o ambiente escolar transcenda o microcosmo da cultura do dominador, situando-se em um universo potencialmente emancipador, crítico, democrático e capaz de - através de uma pedagogia dialógica - romper com as estruturas verticais subordinantes presentes nas escolas e em toda a sociedade que as circunda.

Sabe-se que o ambiente escolar, como exposto anteriormente, é uma mimese da sociedade que o cerca. Dito isso, cabe-nos pontuar que, assim como nossa sociedade patriarcal capitalista imperialista supremacista branca heterossexual (hooks, 2021) cis-heteronormativa, os muros das escolas guardam e perpetuam desigualdades, opressões e preconceitos. Certamente, durante a infância, pessoas pretas, pobres, tal qual mulheres e pessoas homossexuais, experimentaram a força das opressões no período escolar e, quando adultos, àqueles que optam por exercer o trabalho docente, veem nas estruturas hierárquicas das salas de aula, um escape para a máxima de Paulo Freire: o oprimido se tornando opressor (Freire, 2023).

A partir disso e de acordo com hooks (2021), ao pensar o trabalho docente exercido por pessoas de grupos socialmente oprimidos, estes devem usar de suas próprias experiências acadêmicas para 1) compreender as hierarquias opressoras dentro e fora das escolas, 2) libertar-se destes padrões opressores para que então 3) possam usar de uma pedagogia situada em suas vivências, aspirando criação de uma comunidade engajada. O uso da educação como aparato político progressista, ao contrário do que pregam políticos e civis sectaristas (Freire, 1967), neoliberais e ultraconservadores, almeja benefícios para a sociedade como um todo, através de suas pedagogias críticas e libertárias. O docente, por sua vez, ao compreender-se enquanto agente educador transforma-se em agente político quando compreende o poder revolucionário de sua individualidade. hooks (2021, p. 19) aponta que:

Ao tornar político o que é pessoal, muitos indivíduos experimentaram transformações de pensamento significativas que levaram a grandes mudanças de vida: pessoas brancas que se comprometeram com o antirracismo, homens que se esforçaram para desafiar o sexismo e o patriarcado, pessoas heteronormativas que começaram a defender com sinceridade a liberdade sexual.

O resgate proposto - e proporcionado - por uma educação amorosa e inclusiva, tal qual a teorizada por Paulo Freire em “A pedagogia do oprimido” (2023), “À sombra desta mangueira” (2015) e “Educação como prática de liberdade” (1967) - fontes referenciais desse debate - operam a emancipação do ser em todos àqueles que delas participam. hooks, por sua vez, mostra-nos a necessidade de que todos passem pelos mesmos processos educacionais, a fim de despir-se dos modos opressores de pensar e agir, para então, caminhar para a formação de uma comunidade coesa e acolhedora. A autora exalta que, de forma pontual, ao pertencermos à mesma cultura, estivemos sujeitos à mesma forma de socialização: uns enquanto oprimidos, outros enquanto opressores. Tais posições relacionam-se às narrativas e ideais colonizadores que transcenderam o tempo e a história, sendo os principais responsáveis pela construção do “normal”. O processo de descolonização que nos é oferecido através de pedagogias emancipatórias, como elaborado por hooks, é o que nos permite romper com o modelo colonizador opressor das relações, buscando novos meios de estabelecer laços comunitários (hooks, 2021).

Ao contrário do que possa parecer, hooks enfatiza que, o trabalho docente na construção da comunidade não opera por meios segregativos, mas tem como objetivo central a construção de comunidades acolhedoras, engajadas e inclusivas, onde haja aceitação e empoderamento de minorias mas que também emancipe a mentalidade daqueles que encontram-se em conformidade com as normas sociais padrões, clarificando-os a respeito seus privilégios e incentivando-os na busca por uma sociedade menos díspar. A busca pela emancipação das classes normativas dominantes também ocorre através dos pequenos desafios diários de romper com seus privilégios, colocando-os em relação de igualdade com os demais, caminhando na contramão do que prega a cultura opressora, ouvindo àqueles que a sociedade deseja silenciar (hooks, 2021).

Expor os fundamentos políticos conservadores subjacentes que moldam o conteúdo do material utilizado nas escolas, bem como a maneira pela qual as ideologias de dominação estabeleceram a prática de ensino e a atuação de pensadores em sala de aula, permite a educadores e educadoras considerar o ensino de um ponto de vista voltado a libertar a mente dos estudantes em vez de doutriná-los [...] ajuda muito se conseguirmos engajar as pessoas de tal forma que elas se autoquestionem espontaneamente, em vez de apenas responderem de maneira reativa a desafios exteriores. (hooks, 2021, p. 24, 121).

No tocante a construção de comunidades como forma de resistir aos brados reacionários e fundamentalistas, hooks (2021) sugere uma conexão genuína, amorosa e engajada entre docente, métodos pedagógicos e educando/ educanda. A maneira como a pedagogia das respostas (Freire, 1967) propõe a formação de comunidades através do trabalho docente, também estimula, em todas as partes envolvidas no processo pedagógico, a capacidade de reconhecer-se no outro. A comunidade se inicia quando, ao reconhecer-se no outro, abolimos a experiência de “nós e eles” (Arroyo, 2023) ou “eu e o outro” (hooks, 2021) e, através da pedagogia engajada, adotamos discursos que rompem com a ideia hierárquica dos espaços educacionais, propondo-nos uma relação horizontal através da lógica inclusiva presente na palavra “ambos”. Reconhecer-se no outro, e em suas experiências, situa-nos às proximidades de um esboço comunitário (hooks, 2021).

Comunidades pedagógicas empoderadoras remodelam sistemas opressores para que, através da educação, grupos oprimidos possam reposicionar-se historicamente. A remodelação dos discursos, permite novas maneiras de ensinar que, ao passo que desconstroem o mundo, também exerçam funções curativas para aqueles que dela desfrutam. Através da linguagem amorosa, tão incentivada por Paulo Freire e bell hooks, professoras e professores são capazes de descentralizar o conhecimento, permitindo a existência de uma sala de aula plural. É neste sentido que reafirmo a importância do trabalho docente de pessoas vindas de grupos oprimidos, a fim de descolonizar o espaço escolar e reconfigurar as estruturas ali presentes. Docentes dissidentes apresentam potencial para remodelar os conceitos de gênero e sexualidade que há tanto são banalizados, apresentando-nos novos significados sobre tais conceitos, promovendo esperança e emancipação para aqueles e aquelas que se reconhecem como seus pares.

Um dos objetivos relacionados as tentativas de silenciar debates inclusivos e progressistas em salas de aula brasileiras, era a manutenção do sistema opressor que privilegia a cis-heteronormatividade. Tais tentativas, por consequência, também solapavam o sentimento de comunidade e a esperança que emanam das salas de aulas democráticas. Para Jodi Dean (2022), práticas que visam silenciar pautas conscientizadoras, tem como objetivo a individualização. Segundo a autora, a individualização dos agentes cessa conexões com o mundo e com as pluralidades existenciais, impedindo-os de usufruir de pensamentos críticos, impossibilitando-os do exercício da empatia. Falas políticas, movimentos opressores e levantes civis, que buscam o silenciamento de pautas pluralistas, apresentam-nas como movimentos isolados que não merecem as devidas atenções. Uma vez que aceitamos a segregação, como a elite capitalista imperialista supremacista branca (hooks,2021) tanto deseja, tornamo-nos incapazes de criar comunidades e, conseqüentemente, também incapazes de nos organizarmos politicamente (Dean, 2022).

Silenciamento e isolamento, quando resultantes da individualização mobilizados por uma educação sectária (Freire, 1967), afetam diretamente a autoestima discente, pois segregamos e minimiza-os a fim de propagar pedagogias normativas educastradoras (Mieli, 2023). A

experiência de inadequação, apesar de colocada como individual, foi - e ainda é - experimentada por todas e todos aqueles que, enquanto grupo oprimido, um dia frequentaram o ambiente escolar. O pensamento supremacista a respeito de raça, classe e gênero, são fatores frequentemente utilizados para a promoção do silenciamento e desvalorização do conhecimento provenientes dessas vivências. Neste sentido, é em busca do resgate da autoestima, feito através de pedagogias que questionam a hegemonia supremacista opressora, que operam docentes progressistas, defensores de pedagogias emancipatórias. Parafraseando hooks (2021, p. 87), e incluindo novas categorias a seu discurso, acrescento que:

Escolas negras [*e escolas progressistas*] eram lugares em que nossa autoestima como estudantes negros [*ou de qualquer outra minoria social*] era afirmada. Isso não porque nossos professores eram negros [*ou pertencentes às minorias*], mas porque a maioria deles era politicamente consciente do impacto do pensamento racista [*e supremacista, de forma de geral*] na autoestima negra [*e de outras vivências dissidentes*] — e eles escolheram se opor a isso.

Situando essa discussão, é possível observar que o trabalho docente exercido por pessoas vindas de grupos socialmente oprimidos, possui grande potencial para o abalo das estruturas segregativas socialmente impostas, responsáveis pelo silenciamento das sexualidades e identidades de gênero dissidentes. Tal trabalho docente também apresenta grande importância para o resgate da autoestima e empoderamento discente. Para crianças e adolescentes que não se reconhecem nas métricas sociais normativas, a imagem de um professor/ professora que também subverte a norma encoraja-os para a superação das estruturas opressoras silenciadoras.

Alinhados às práticas feministas, que há anos promovem a busca por emancipação, pessoas docentes engajadas em uma educação como prática de liberdade (Freire, 1967), ao reconhecer-se em seus educandos e educandas buscam, através do diálogo educacional amoroso, apresentá-los a uma vivência plural. Educadores e educadoras progressistas apaixonados, usam da pedagogia emancipatória de Paulo Freire para promover a cura de seus alunos e alunas silenciados por uma sociedade sectarista opressora. Sobre isso, hooks (2021, p. 63, 89) pontua que:

Educação tem a ver com cura e plenitude. Está relacionada com empoderamento, libertação, transcendência; renova a vitalidade. Diz respeito a encontrar e reivindicar nossa existência e nosso lugar no mundo [...] A educação como prática da liberdade não só afirma uma autoestima saudável nos estudantes, mas também promove a capacidade de ser e viver de forma consciente. Ela os ensina a refletir e a agir a fim de ampliar a autorrealização, em vez de ensinar a conformidade com o *status quo*.

O empoderamento de educandas e educandos, por meio da pedagogia proposta por Freire, hooks e Mieli, ocorre através de disciplinas e debates engajados sobre pautas que os dizem respeito. Os debates sobre gênero, classe e raça em salas de aula, transcendem os muros escolares, apresentando aos discentes a possibilidade de uma nova história a ser escrita. A retomada dos espaços, discursos e experiências, através da educação como prática da liberdade, forma cidadãos conscientemente críticos e (re)afirma a autoestima de estudantes e docentes (hooks, 2021). A autoestima resultante de pedagogias emancipatórias relaciona-se com fim o do sentimento de culpa por desajustamento, diariamente estimulado em grupos socialmente oprimidos (hooks, 2021).

Professoras e professores imbuídos em amor, usam da educação como uma tarefa de cuidado consigo, com o próximo e com a comunidade. A importância do trabalho de cuidar, através da educação engajada e amorosa (Freire, 1967; hooks, 2021) fica explícita em diversos pontos das falas de bell hooks e Paulo Freire.

A educação assume sua profissão de cuidado quando Freire, em *Pedagogia do Oprimido* (2023), deseja usá-la de forma emancipatória para àqueles que, do ponto de vista do Estado, por serem indivíduos analfabetos, estavam fadados a viver às margens, constantemente subordinados (Freire, 2015). Em “Educação como prática da liberdade” (1967) e “À sombra desta mangueira” (2015), Freire evidencia seu olhar cuidadoso para com o povo através da esperança em uma educação dialógica. Paulo Freire apresenta-nos a educação

como um trabalho de cuidado toda vez em que deseja usá-la para libertar os oprimidos.

hooks, tem seu ponto de partida situado nas obras de Freire e usa a educação como forma de cuidado de maneiras mais intimistas. Por ser uma mulher afro-estadunidense que veio da periferia, a educação aparece-lhe como forma de autoconhecimento, empoderamento e emancipação, ensinando-a resistir às opressões através de uma visão amorosa de sua comunidade. No tocante à resistência e amor, hooks aponta que o processo educativo que a estimulou a resistir, simulava situações relacionais de uma comunidade amorosa.

hooks nos ensina que educadores e educadoras progressistas, independentemente de sua identidade de gênero e sexualidade, devem afastar-se do objetivismo da cultura do dominador que incentiva-nos a lidar com os fatos e nada além deles, levando-nos a conformação com a realidade apresentada, porém onde há dominação, não há espaço para o amor (hooks, 2021, p. 140).

Um conhecimento compassivo tem por objetivo não explorar e manipular a criação, mas reconciliar o mundo consigo mesmo. A mente motivada por compaixão se esforça para saber; o coração, para amar. Aqui, o ato de saber é um ato de amor, o ato de penetrar na realidade do outro e acolhê-la, de permitir ao outro entrar na nossa realidade e acolhê-la. Nesse tipo de saber, nos conhecemos e somos conhecidos como membros de uma só comunidade [...] (hooks, 2021, p. 143).

De forma específica, ao pensarmos o uso da educação com o intuito de romper com os padrões sexuais e de gênero socialmente impostos, nota-se que, por muito tempo, impediram-nos de debater tais temáticas em ambientes escolares, pois estas seriam subversivas à norma. Vivências oprimidas que cresceram e foram educadas em uma realidade objetivista (hooks, 2021), encontraram em pedagogias freirianas o empoderamento necessário para emancipar-se dos padrões opressores. Para resistir a “ideologia de gênero”, fez-se necessário pensar na educação enquanto um espaço de justiça e amor (hooks, 2021).

Diferente do que o sistema opressor patriarcal capitalista imperialista supremacista branco (hooks, 2021) heterossexual prega, em todo o ciclo da pedagogia emancipatória (Freire 1967; Freire, 2015; hooks, 2021), a busca pelo amor opõe-se a qualquer discurso opressor, portanto, como explica hooks (2021, p. 147): “Ao falarmos abertamente sobre o contexto do amor em comunidade, precisamos discutir a atitude de não expressar um ponto de vista se ele for ofensivo a outras pessoas nesse ambiente. Precisamos confrontar a diferença entre discurso de ódio e opinião”.

Estimular o amor como prática pedagógica é a chave para a resistência e empoderamento de todas e todos aqueles que participam do processo emancipatório proveniente de práticas pedagógicas progressistas, objetivando o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, democrática e plural. Assim como a construção de laços, a vivência amorosa em sala de aula incentiva docentes e estudantes a abrirem a mente e o coração a fim de caminharem em comunidade (hooks, 2021) contra opressões de raça, classe e gênero, sexualidade, religião, etc., através de alianças interseccionais.

Observou-se nos últimos anos a tentativa de superposição de conhecimentos objetivistas, fatalistas, preconceituosos, fundamentalistas, ultraconservadores em escolas do país todo, a fim de silenciar politicamente as minorias. O combate a essa educação alienante e opressora só pôde acontecer através da crença docente em uma educação capaz de estimular o pensamento crítico, bem como combater as desinformações que aterrorizaram a sociedade brasileira. Hoje, mais do que nunca, as práticas pedagógicas relacionam-se com a cura de uma sociedade adoecida pelo pensamento sectarista (Freire, 1967), causado pelo bolsonarismo.

Formar cidadãos através de pedagogias emancipatórias leva-nos, enquanto sociedade, a um caminho de esperança, para que em tempos futuros possamos resistir a todos aqueles que, assim como Bolsonaro, ousaram ameaçar a pluralidade, desmantelar a democracia e fomentar a hegemonia de uma cultura dominante. Educar, com amor, é a esperança necessária para que, aos poucos, possamos desfrutar de vivências comunitárias revolucionárias.

REFERÊNCIAS:

ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria. **Junho de 2013: a rebelião fantasma**. São Paulo: Boitempo, 2023.

ARROYO, Miguel G. **Vidas re-existentes: reafirmando sua outra humanidade na história**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2023.

CHRISTINO, Marcio Sergio. **Pós-verdades e fake news: como técnicas de psicologia e de comunicação são usadas para manipular o mundo**. São Paulo: Matrix, 2023.

DEAN, Jodi. **Multidões e partido**. São Paulo: Boitempo, 2022.

EM vídeo, Damares diz que 'nova era' começou: 'meninos vestem azul e meninas vestem rosa'. **G1**. Brasília, 3 jan. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>. Acesso em: 19 jan. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 85. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023

hooks, bell. **Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança**. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

MIELI, Mario. **Por um comunismo transsexual: elementos de crítica homossexual**. São Paulo: Boitempo, 2023.

ROCHA, Camila. **“Menos Marx, mais Mises”**: uma gênese da nova direita brasileira (2006 - 2018). 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico: retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

SOUZA JÚNIOR, Benedito Leite de. **A construção do pânico moral sobre a chamada “ideologia de gênero na educação” nos sites de movimentos cristãos (neo) conservadores**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) - Faculdade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2018.

TENHO medo, esse era o objetivo deles: esforços para proibir a educação sobre gênero e sexualidade no Brasil. **Human Rights Watch**, New York, 12 maio 2022. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/report/2022/05/12/381942>. Acesso em: 19 jan. 2024.

i Sobre os autores:

Joenes Veloso de Alcantara Netto (<https://orcid.org/0000-0002-6205-4122>)

Bacharel em Publicidade e Propaganda com ênfase em marketing pela UNOPAR - Especializado em Moda: produto e comunicação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) Artigo publicado: Do underground ao mainstream: a passarela como forma de resistência LGBTQIAP+ - Mestrado em Sociologia na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Integrante do grupo de pesquisa de Gênero e Políticas Públicas (GEPOP).

Raquel Kritsch (<https://orcid.org/0000-0002-5810-0704>)

Tem graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1991), doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (2000), pós-doutorado pela Universidade de Lisboa e London

School of Economics and Political Science (2007-2008) e pela Freie Universität Berlin (2012-2014). É professora Associada na Universidade Estadual de Londrina (atuando na graduação e pós-graduação) e coordenadora dos grupos de pesquisa GETePol (Grupo Estudos em Teoria Política), de âmbito nacional, e teoriapolitica.edu, em âmbito local. É bolsista PQ do CNPq desde 2009 (com interrupção entre 2021-2023). Coordenou AT Teoria Política junto à ABCP entre 2015 e 2020; e o GT Silenciamentos, dominação e sofrimento social: contribuições das teorias políticas contemporâneas a debates emergentes nas ciências sociais da ANPOCS (biênio 2020-2021). É Editora-Chefe da Revista Mediações desde 2018. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Teoria Política, atuando principalmente nos seguintes temas: teoria política medieval, moderna e contemporânea; história do pensamento político; direitos humanos, Estado e soberania; teoria política feminista e debates de gênero; política digital, tecnologias digitais e democracia; mundo pós-humano.

Como citar:

NETTO, Joenes Veloso de Alcantara; KRITSCH, Raquel. FREIRE, HOOKS E MIELI: o uso da educação como resistência política. **Revista Educação Cultura e Sociedade**. vol. 14, n. 3, p. 123-133, 31ª Edição, 2024. [-https://periodicos.unemat.br/index.php/recs](https://periodicos.unemat.br/index.php/recs)

ii Nota do Editor:

A pensadora estadunidense batizada Gloria Jean Watkins adotou o pseudônimo **bell hooks** em homenagem à sua avó Bell Blair Hooks e notabilizou-se, para além do valor teórico de suas obras, por seu ativismo feminista e antirracista, principalmente. Os autores deste manuscrito fizeram a opção por utilizar a grafia do nome de bell hooks com as iniciais de nome e sobrenome em letras minúsculas ao longo de todo o texto e nas citações. Desse modo, posicionam-se no sentido de valorizar o conteúdo das suas obras, legado e sentido de coletividade e não a personalidade da escritora, atendendo assim o desejo de hooks.

Revista Educação, Cultura e Sociedade é uma
publicação da Universidade do Estado de Mato
Grosso, Brasil, iniciada em 2011
e avaliada pela CAPES.

Indexadores: DOAJ – REDIB – LATINDEX – LATINREV –
DIADORIM – SUMARIOS.ORG – PERIÓDICOS CAPES –
GOOGLE SCHOLAR